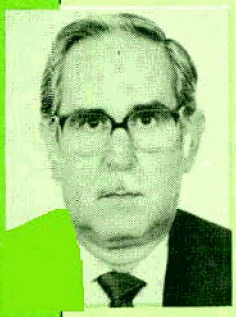
O papel da Asbraer



CARLOS PONCIANO BARROS CAVALCANTI

A extensão rural foi implantada no Brasil há quase 50 anos, com as Acar e a Abcar, inspiradas no modelo norte-americano. Foi tratada, pelo Estado, como uma das várias políticas agrícolas de que dispunha e, de lá para cá, veio disseminando tecnologias, transmitindo o conhecimento de processos modernos, contribuindo muito para os avanços da agricultura brasileira.

Em seus primeiros anos, esteve associada às idéias desenvolvimentistas típicas da época e o extensionista era visto como um importante agente de mudanças, de que o setor agrícola não poderia prescindir. Nos anos 70, o governo federal criou a Embrater e as Emater e, em 1990, extinguiu a primeira, que era a coordenadora de todo um sistema.

Atualmente, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural(Asbraer) congrega as instituições ligadas aos dois temas, considerados serviços de caráter educativo informal. Mantida em grande parte pelos poderes públicos de todos os níveis, dirige-se às populações rurais, com o objetivo de aperfeiçoar e difundir novos conhecimentos, obtidos a partir de pesquisas científicas e tecnológicas.

O serviço torna-se ainda mais importante quando se considera que é planejado e executado a partir da participação direta, não só de lideranças comunitárias, mas das próprias populações rurais. Assim, sempre contribuiu para o desenvolvimento rural, auxiliando na manutenção e geração de empregos, com o que se reduz o fluxo migratório campo/cidade.

Suas atividades são desenvolvidas por empresas públicas ou órgãos da administração direta, e cada estado conta com uma entidade criada com este fim. Sua presença em mais de 4.255 municípios, com equipes que totalizam 16.580 profissionais, lhe dá enorme capilaridade.

Entre as informações transmitidas pelo sistema, podem-se citar:

- tecnologias apropriadas à produção primária e a conservações do ambiente;
- preços de insumos, máquinas e serviços e preços pagos aos produtores;
- desenvolvimento comunitário e associativo;
- profissionalização dos agricultores;
- empresariamento de pequenas atividades rurais;
- gestão sustentada da propriedade e dos negócios rurais;
- comercialização, agroindustrialização, situação e tendências dos diferentes mercados agrícolas;
- economia doméstica, incluindo a industrialização artesanal da produção;
- apoio a outras organizações governamentais, nas áreas de legislação agrícola e agrária, planos de safra, planejamento e organização do desenvolvimento rural em nível municipal e preservação dos recursos naturais.

O sistema também é a fonte dos dados primários dos preços agrícolas utilizados na elaboração do índice de preços recebidos pelos agricultores, do índice de preços pagos pelos agricultores e dos preços de vendas de terras, publicados pela Fundação Getulio Vargas, em suas revistas *Agroanalysis* e *Conjuntura Econômica*.

O notável caráter social do serviço é expresso no fato de estar voltado para os mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura familiar.

O momento, porém, é de redefinição para amplos setores da economia brasileira e, é claro, também o é para a extensão rural. As conhecidas dificuldades orçamentárias dos governos e a necessidade de melhoria dos serviços prestados obrigam a que se pense em mudanças de longo prazo para a extensão rural. É preciso ampliar a atuação social, pois o público alvo — e isto fica cada vez mais evidente — é o pequeno produtor familiar, que precisa de um atendimento diferenciado e aqueles produtores que se beneficiaram de assentamentos derivados de reforma agrária.

Se o país precisa retomar seus ideais desenvolvimentistas, de forma sustentável e com respeito à cidadania, estes terão de se apresentar sob outra roupagem. A hora é de uma nova programação, para que a extensão rural recupere e mantenha a importância que sempre teve no país.

Carlos Ponciano Barros Cavalcanti é presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).